

# Algumas reflexões sobre moral sexual no Brasil<sup>1</sup>

Maria Luiza Macedo de Araújo<sup>2</sup>

## Resumo:

O artigo visa a discussão de uma das vertentes de pensamento que teriam influenciado a forma de pensar e articular o assunto “sexo” dentro do contexto da nossa cultura, que é o pensamento católico. Entendemos que a abrangência do estudo do pensamento católico enquanto forma de discussão da sexualidade e moral sexual se torna importante devido à grande influência que a Igreja teve no Brasil como norteadora de consciências num passado não muito remoto. Reconhecemos, entretanto que na atualidade, esta influência é bem menor, devido à rapidez dos meios de comunicação e à globalização com a conseqüente veiculação de todo tipo de mensagem que poderá transformar ou reforçar atitudes, crenças e valores. Nosso trabalho procura contextualizar historicamente a formulação da moral sexual no Brasil pois entendemos que as questões sexuais estão intimamente ligadas à cultura de cada povo e à forma de articulação da moral e cidadania.

## 1-O período colonial:

Ao se pensar a sexualidade, levantamos questões que nos remetem à formulação da moral e da cidadania, pois a sexualidade permeia toda a existência do ser humano e está intimamente ligada aos papéis sócio-sexuais e à cultura na qual se insere cada povo.

Existem certas peculiaridades na nossa colonização que devem ser levadas em conta ao estudarmos a moral sexual no Brasil. As condições da terra descoberta, com dimensões continentais e riquezas inexploradas gerou um povoamento sem preocupações maiores com questões ligadas à cidadania, pois Portugal ficara alheio às discussões que estavam florescendo na Europa a partir de todas as questões geradas pelo contato com o oriente e com os novos povos descobertos nas viagens então empreendidas. Nossos colonizadores ficaram presos a uma mentalidade escolástica mantendo-se fiéis a Roma, ignorando a mentalidade renascentista que transformou o mundo ocidental e criou condições para a formulação da moral social sem estar ligada à qualquer religião (Araujo, 1997).

A colonização portuguesa foi basicamente caracterizada como escravocrata, agrária e híbrida quanto à etnia. Os primeiros colonizadores, diz-se, eram homens sem qualquer tipo de moral rígida, pelo contrário, poderiam ser náufragos, degredados, desertores ou simplesmente colonos anônimos. A vinda para a nova terra seria boa para eles e para a coroa. A única exigência era que professassem a fé católica. Não imaginemos que fosse um catolicismo com a rigidez contra-reformista. O português, era habituado à mistura de raças e a grandes antagonismos. Freyre (1981) afirma que o antecedente mais importante a considerar no colonizador português é o seu cosmopolitismo, habituado à variedade de antagonismos étnicos e de cultura pela sua própria história, sendo povo híbrido, resultado da mistura de mouros, judeus e diversas tribos do norte europeu, tendo sido escravo e

---

<sup>1</sup> Revista Scientia Sexualis Revista do Mestrado Em Sexologia da Ugf. , v.4, n.2, p.25 - 49, 1998.

<sup>2</sup> Doutora em Filosofia, Mestre em Psicologia, Professora do Mestrado em Sexologia da UGF

senhor, sempre fiel ao catolicismo romano, aqui estabeleceu uma colônia que atingiu dimensões continentais e permaneceu unido pela língua e como nação:

*“O que se sente em todo esse desadorno de antagonismos são as duas culturas, a européia e a africana, a católica e a maometana, a dinâmica e a fatalista encontrando-se no português, fazendo dele, de sua vida, de sua moral, de sua economia, de sua arte num regime de influências que se alternam, se equilibram ou se hostilizam. Tomando em conta tais antagonismos de cultura, a flexibilidade, a indecisão, o equilíbrio ou a desarmonia deles resultantes, é que bem se compreende o especialíssimo caráter que tomou a colonização do Brasil, a formação “sui generis” da sociedade brasileira, igualmente equilibrada nos seus começos e a ainda hoje sobre antagonismos”*(p. 8).

Outra característica da colônia que irá influenciar a formulação da moral é que as autoridades lusitanas não prestigiavam o florescimento da cultura laica, não havendo infraestrutura para tal, logo, toda manifestação cultural partia da iniciativa da Igreja. A cultura luso-brasileira manteve-se num isolamento que inviabilizou a discussão das doutrinas da Época Moderna, o que dificultou um entendimento adequado das mesmas e a problematização da moral laica. A *Ratio Studiorum* dominou o ensino até a reforma pombalina em 1759. Segundo Paim (1987, p. 209-210):

*“Na Contra-Reforma portuguesa predominaria o espírito “escolástico”— se por isto entendemos um estilo de pensamento circunscrito à repetição de princípios já estabelecidos, onde não se fazem presentes a inquirição, a dúvida ou a pesquisa liberta de preconceitos. Esse predomínio acha-se expresso na Ratio Studiorum, no monopólio virtual do ensino exercido pelos jesuítas e na ferocidade da censura inquisitorial e dos próprios Tribunais do Santo Ofício, ao longo do século XVII e na primeira metade seguinte.*

*(...) A Ratio Studiorum fixa as normas tanto para os chamados estudos inferiores como para os de nível universitário. Os primeiros visavam proporcionar ao estudante conhecimentos sólidos das gramáticas latina e grega, habilitá-lo a escrever e a falar de modo erudito”*

Resumindo, a *Ratio Studiorum* determinava que a instrução deveria se dar dentro das normas rígidas impostas com a finalidade de difundir a obra de S. Tomás e Aristóteles, além de determinados textos escolhidos para o estudo das humanidades, censurando todo o material que estivesse fora destes parâmetros. Não era permitido nenhum tipo de questionamento e os professores que não se enquadrassem dentro destas normas eram afastados. Todo tipo de ensino deveria atender aos objetivos fixados, mesmo que, para isso, certos fatos fossem distorcidos. Paim (1987, p. 211) afirma que a *“rigidez desse sistema combina-se com o advento da Inquisição para imprimir ao pensamento português rumo diverso ao empreendido pela Europa Ocidental”*.

Segundo Rodrigues (1979, p.15):

*“Enquanto Portugal eclipsava-se do cenário cultural europeu, no Brasil instalava-se, no período colonial, o fenômeno típico que Luiz Washington Vita denominou de saber de salvação, adotando, da classificação dos diversos tipos de saber de Max Scheler — saber técnico, saber culto e saber de salvação — apenas o último tipo, para com esta designação significar um tipo de pensamento que subordina a atividade humana, inteiramente, ao objetivo de alcançar a salvação da alma sob ditames extra-terrenos. Toda a especulação filosófica ou teológica se acha dentro dos dogmas católicos, a filosofia sendo sempre subordinada à teologia”*.

Esta pode ser uma das razões pelas quais se tornou tão difícil implantar aqui discussões éticas. Na colônia tudo que se referia à florescimento intelectual era muito complicado, pois não tínhamos nem universidades nem capacidade de editar livros. Talvez esse seja um dos motivos pelos quais a Igreja manteve um absoluto domínio da cultura na nossa terra no período em que éramos colônia. De acordo com Paim (op. cit. P. 215):

*“Até os começos da segunda metade do século XVIII, a produção de autores brasileiros equivale a cerca de duzentos títulos. As obras literárias de cunho histórico ou descritivas, bem como as de índole didática, técnica ou filosófica, oscilam em torno de trinta. Toda a parcela restante poderia ser agrupada como apologética do denominado saber de salvação, em sua maioria na forma de sermões”.*

Dois autores se tornaram populares nesta época cuja obra correspondia ao saber de salvação. Francisco Joaquim de Souza Nunes escreveu *Discursos político-morais* em que trata do combate à riqueza, dos perigos da vida conjugal, da amizade e da família. Em relação à riqueza diz ele:

*“Tanto utiliza ao homem o necessário, quanto o prejudica o supérfluo. A riqueza temporal só é boa quando deixa de ser excessiva, porque nela, mais que em outra qualquer coisa, se verifica aquele axioma de que todo excessivo produz efeitos contrários (...)*

*(...) No dia terceiro da criação do mundo (Como dizem comumente os Santos Padres e os Doutores) criou Deus no centro da terra o tesouro das minas, e a estimável riqueza do ouro: e no mesmo dia (diz o Doutor Molina) se formou o inferno, horroroso domicílio dos demônios e castigo eterno dos condenados.*

*Não sei se por isso, muitos tão facilmente encontram com o inferno, quando procuram riquezas; porém, já vemos quanto devemos temer, se no centro da terra apareceram elas no mesmo dia em que também no centro dela se formou o inferno”(1979, p 39-41).*

Em relação ao estado conjugal, diz Souza Nunes que a esposa deve ter qualidades tais que possam fazê-lo agradável, sem o que o casamento se torna um inferno. Estas qualidades são: virtude, honestidade, honra e discrição.

Nuno Marques Pereira foi outro autor que teve sucesso entre nós, o *Compêndio narrativo do peregrino da América* teve cinco edições sucessivas entre 1728 e 1756. Sua obra se propõe a fomentar a virtude em detrimento do vício. Também condena a riqueza e impõe restrições ao corpo e à sexualidade. Afirma

*“que o fundamento e substância da vida cristã é o cumprimento da lei de Deus e observância de seus mandamentos, por serem as pedras fundamentais destes nossos espirituais edifícios; e, para melhor dizer, o cumprimento perfeito da vontade de Deus.(...)”*

*(...) Porém, estão hoje o mundo e os homens em tal estado, por enfêrmos, flatulentos e tediosos de ouvirem a palavra de Deus, que só gostam de ouvir as palavras ociosas a que chamam cultura, equívocos, fãbulas e comédias. Com grande razão nos há Deus de pedir conta das palavras ociosas, por serem causa de tantas almas se perderem. E por isso, discretamente, disse um contemplativo que o que lê livros espirituais, paga o dízimo a Deus; e o que lê os profanos, paga o terço ao diabo.(...)”*

*(...) Pelo pecado vêm aos homens horrendos castigos e desgraças, como são: doenças, mortes repentinas, desonras, descréditos e infinitas penalidades que os afligem”(1979, p. 21, 27)..*

O autor citado acusa as mulheres como causa de pecado por parte dos homens e aconselha àqueles que quiserem se ver livres de culpas que se afastem delas e se mantenham em castidade, como veremos a seguir:

*“E por isso aconselhara eu a todos aqueles que se quiserem ver livres de semelhantes culpas, que fujam de mulheres (...)”*

*(...) E nenhum seja tão ousado que se atreva a dizer que se livrará de semelhantes encontros, fiado em suas forças, saber e virtudes, se Deus não o livrar, fazendo ele também de sua parte por fugir destas ocasiões”(op. cit. p. 28)*

Como foi dito acima, toda forma de instrução se referia a textos de autores católicos com mentalidade tridentina, então, ainda que o autor não fosse religioso, seus trabalhos expressavam o pensamento da Igreja da época, com a moral ainda atrelada à religião, onde o livre debate não floresceu. Logo, numa sociedade em que a moral é normatizada de forma autoritária, vertical, onde não há discussão e consenso, onde as pessoas não se sentem comprometidas com o que foi normatizado, é de se esperar que tenham atitudes paradoxais, ou que se comportem burlando determinadas regras morais, pois se temos algum tipo de restrição de uma fonte de autoridade externa e não a cumprimos, se somos apanhados em flagrante nos sentimos envergonhados, porém se internalizamos a regra ela passa a ser um valor nosso e se não a cumprimos nos sentimos culpados, não precisa que ninguém veja pois somos nosso próprio juiz (Araujo, 1995, 1997; Van Ussel, 1980). Por isso, é importante que se proceda à discussão e debate em assuntos referentes à moral e ética para que o sujeito internalize seus limites.

Como foi dito acima, até a metade do século XVIII ficamos presos ao saber de salvação e à ingerência do clero nas questões seculares. Ao mesmo tempo, as visitas do Santo Ofício aconteciam na colônia, não como um fato regular, mas existem registros de processos movidos nos quais a falta do réu foi de teor sexual (Vainfas, 1986).

Com a ascensão do Marquês de Pombal ao cargo de primeiro ministro muitas mudanças aconteceriam na vida intelectual de Portugal e, por extensão do Brasil. Uma das obras de maior importância neste sentido foi a reforma da Universidade de Coimbra, que se inseria no projeto de tornar Portugal uma nação próspera. Para tanto, seria necessário que fosse criada uma elite intelectual engajada nos rumos da sociedade ocidental e não presa à mentalidade escolástica. Na nova universidade teria papel importante as Faculdades de Matemática e de Filosofia. Embora seu intento tenha se mostrado utópico, pois com a morte de D. José o movimento de restauração destituiu Pombal do cargo que vinha ocupando, deixou raízes indelévels na nossa cultura. Segundo Antonio Paim,

*“A passagem de Pombal pelo governo português corresponde a uma autêntica revolução, devotada não à destruição do Estado Patrimonial, e à instauração de regime político plenamente moderno, mas à introdução, em bases duradouras, da componente modernizadora no patrimonialismo tradicional. Essa circunstância de que não se tivesse interessado, simultaneamente, pela modernização das instituições políticas, acrescida do fato de que haja reprimido com ferocidade inquisitorial a tentativa de parte da nobreza de apeá-lo, e a D. José, do poder”(...) Criou, durante muito tempo, um combate radical à sua pessoa e à sua obra.*

O marquês de Pombal estudara na Academia dos Escrivães e tivera contato com o *Verdadeiro método de estudar*, de Luiz Antonio Verney, o que se constituiu numa aproximação de Portugal ao pensamento moderno no período anterior a ele. Nomeado embaixador em Londres, interessou-se pelo progresso que estava sendo realidade na

Inglaterra e ao assumir o ministério em Portugal tentou colocar em prática suas idéias que incluíam a reforma do ensino. Ele é classificado de déspota esclarecido porque usou de métodos despóticos para promover a transformação da mentalidade vigente em Portugal, o que culminou com a expulsão dos jesuítas em 1759, surgindo como resultado da reforma do ensino um surto de idéias cientificistas.

No Brasil, começa a se formar uma intelectualidade que irá influenciar no destino do país no século XIX, como, por exemplo, José Bonifácio. Porém, a moral formulada (e não discutida, nem consensual) é feita de forma vertical, a partir do Estado formado na mentalidade pombalina.

A Restauração tenta colocar um freio no rumo que Portugal estava tomando e D. Maria I toma a si a responsabilidade de apagar todos os vestígios do Marquês de Pombal do cenário português, este episódio ficou conhecido com o nome de Viradeira de D. Maria.

No Brasil, a Igreja volta a ter a proteção da Coroa mas seus membros, entretanto, queixam-se das limitações a que estão sujeitos pela ingerência do Estado nas questões religiosas. A Igreja não é apenas um local religioso mas, um espaço também para atividades sociais. Alguns membros do clero dedicam-se mais à política do que às atividades pastorais. Um exemplo desse fato foi Frei Joaquim do Amor Divino e Caneca (1774-1825), padre que se ordenou em 1796 e dedicou-se ao magistério, tendo escrito algumas obras. Notabilizou-se, porém, na política como um liberal radical. Participou de duas revoluções (1817 e 1824) tendo sido condenado à morte pela sua participação na última.

Em 1808, com a chegada da família real e a abertura dos portos às nações amigas, o Brasil começa a mudar. A sociedade precisa se organizar para as novas atribuições que lhe serão impostas. É criado um clima cultural que possibilita o surgimento de novas idéias.

## **2- O período imperial:**

A independência é proclamada em 1821 e o liberalismo passa a ser defendido por muitos políticos e intelectuais. Só após a nossa independência começamos a ter história própria, pois até então, éramos extensão de Portugal e nossa história se confundia, ou seja, só após a independência passamos a constituir uma “comunidade histórica”, a trama nos quais os fatos históricos se inserem nos países que ainda são colônias não lhes pertencem, estão ligados a circunstâncias externas. Só após a independência serão responsáveis pelos seus próprios rumos (Barros, 1973).

O período imperial brasileiro, embora tivesse características liberais, repetiu o mesmo modelo de formulação da moral. Não seria de esperar outra coisa, pois a elite que formava o poder tinha sido instruída na mentalidade pombalina. Por outro lado, o liberalismo não foi bem compreendido entre nós e alguns equívocos aconteceram. Os tradicionalistas eram minoria, mas muito influentes. Eles defendiam uma moral rígida, baseada nos ideais católicos. A Igreja está ambivalente, pois vários clérigos eram liberais e Roma não endossava tal atitude. Outro problema ainda tornava a situação mais complicada: como a Igreja era ligada ao Estado, sofria pressões políticas e se afastava de sua missão puramente pastoral. Com isto, seus membros interferiam na política, assumiam cargos públicos e, muitas vezes, se afastavam de sua tarefa religiosa. Este jogo

de disputas e mal entendidos originou uma questão séria que Torres (1968) denomina de “drama religioso do século XIX”, caracterizado por uma tensão criada por posições antagônicas representadas pelo liberalismo e pelo ultramontanismo e aponta como raiz da hostilidade liberal ao catolicismo três fatores:

1- Liberdade de consciência com suas repercussões no plano econômico - na prática significava que cada um poderia procurar a verdade onde melhor lhe aprouvesse, sendo impossível que alguém errasse se tivesse condições de procurá-la livremente, por outro lado, havia a convicção de que “a verdade fora revelada e podia ser ministrada hierarquicamente” (op. cit., p. 106).

2- Já existia uma questão antiga da Igreja que é ter sempre se insurgido contra o liberalismo econômico fazendo crítica ferrenha ao afã capitalista.

3- Direito Divino dos Reis - é um ponto difícil, desdobrando-se na questão da legitimidade do poder, pois os católicos consideravam que o poder monárquico tinha uma origem divina (através da sucessão hereditária e sagração do monarca numa cerimônia religiosa). Isto criou sérias dificuldades e confusões; os liberais, então, passaram a postular o ateísmo como forma de justificar a república e a democracia.

Não só no Brasil como nas demais partes do mundo, os progressos no campo científico e das idéias fizeram com que a Igreja se sentisse ameaçada. Houve ataques por todos os lados; então foi organizado um concílio (Vaticano I) onde foram tomadas resoluções importantes para sua preservação. Um dos dogmas proclamado foi o da infalibilidade papal. Chegara ao fim as discussões intermináveis, a última palavra para os católicos seria sempre do Papa. Pio IX publicou o Syllabus, um conjunto interminável de condenações e a Igreja iniciou a política do ultramontanismo, que consistia em afirmar seu poder divino e reafirmar sua transcendência.

As tensões ficaram cada vez maiores no Brasil. O Vaticano transferiu para cá clérigos de mentalidade tradicionalista e reprimiu os arroubos liberais dos brasileiros, insistindo numa formação acadêmica mais rígida para os membros do clero.

### **3- O Brasil republicano:**

Chegamos a 1889 e a República foi proclamada. O Estado se separou da Igreja e houve o início de uma fase de confrontos muitas vezes difíceis de serem solucionados. Foi nesta época que observamos uma luta intensa do catolicismo para tomar um lugar de importância vital na nossa sociedade. Os tradicionalistas<sup>3</sup> tentaram com sucesso obter lugares importantes na política. Não havia ligação alguma formal entre tradicionalismo e catolicismo, mas na prática houve, pois os tradicionalistas eram católicos.

---

<sup>3</sup> Tradicionalismo significa uma reação surgida no final do século XVIII e início do século XIX ao individualismo que motivou a Revolução Francesa. A atitude tradicionalista revela uma reação à mudança, seja a tendências reformadoras deliberadas, designa uma atitude psicológica. Assim, encontramos indivíduos das mais variadas correntes de pensamento com este tipo de atitude. Deste modo não podemos confundir a atitude tradicionalista com o tradicionalismo filosófico e/ou político. O tradicionalismo não é uma corrente de pensamento necessariamente católica, mas é associada ao catolicismo porque seus mais importantes defensores eram católicos e defendiam a idéia de que a Igreja deveria ser associada ao Estado como forma de dar um suporte moral à sociedade (cf. Araujo, 1997).

Na segunda metade do século XIX o positivismo de Augusto Comte entrou em evidência. Aqui, se tornou importante devido à mentalidade cientificista da época e perdurou entre nós muito mais tempo que nos demais países. O positivismo originou doutrinas autoritárias e só foi explicável seu sucesso entre nós através da filosofia política. Foram herdeiros do positivismo, o castilhismo no Rio Grande do Sul e o getulismo, a nível nacional. Mais uma vez se sucede um ciclo de autoritarismo no Brasil, onde a moral está inserida numa estrutura vertical impedindo que a moral social surja do consenso da sociedade. Pelo contrário, o governo normatiza a conduta do cidadão e não permite que as soluções surjam da discussão dos temas referentes à moral. A Igreja continua a manter autoridade de fato e impõe suas normas, impedindo a discussão do que não endossa. Um exemplo disso é a dificuldade que encontrou o divórcio para ser legalizado. O ciclo de 64 repete o autoritarismo dos períodos anteriores e o governo, como se fosse o “grande pai” decide o que seus cidadãos podem e não podem fazer.

A normatização da sexualidade continuou sendo feita através da Igreja, de forma geral. Obviamente teve importância fundamental a formação recebida pelos padres no tempo do seminário e todas as orientações dadas pelo Vaticano, agora com uma autoridade muito maior, fruto do dogma da infalibilidade papal e do ultramontanismo. A moral foi pregada nos colégios religiosos, nos sermões da missa dominical, nas orientações oficiais da Igreja em relação a comportamentos adotados pelos fiéis (tipo condenação à contracepção). Existe uma série de publicações que lidam com estes assuntos. Uma nota digna de registro é o fato dos padres terem se formado, ao longo de seus estudos nos seminários e depois no exercício da atividade pastoral, numa moral casuística que em nada ajudou à formulação de uma moral social de tipo consensual, pelo contrário, serviu para reforçar o esquema tradicional da moral social formulada verticalmente.

Particularmente interessante é um livro de autoria do Pe. Álvaro Negromonte (1940), intitulado *A educação sexual (para pais e educadores)*, onde defende a idéia de que os pais devem falar com os filhos sobre sexualidade. Diz ele: *“Nunca houve tempo em que não se precisasse de falar desses assuntos. Veremos no capítulo sobre a mãe e a filha os inconvenientes desse silêncio imprudente. Em todos os tempos os que disso não falaram andaram errados”* (p. 3).

Para ele, a sexualidade só se justifica pela procriação. Diz que o instinto sexual tem o sentido da preservação da espécie e, que fora desta circunstância, o sexo é antinatural. Se a finalidade primeira do sexo é a geração de filhos as demais finalidades estão subordinadas a ela. Afirma que *“como a função sexual é, acima de tudo, uma função moral, a sua educação específica é, acima de tudo, uma formação moral”*(op. cit., p. 26). Julgamos que esta é a principal atitude da Igreja em relação a este assunto. A educação sexual no colégio deve ser apenas no sentido de esclarecer os fatos biológicos nas aulas de ciências. Em casa, o pai deve orientar o filho e a mãe, a filha. Condena severamente a masturbação, classificando-a de “ato indecente” e pecaminoso. A esse respeito afirma:

*“Não é da idade, mas do vício, se o mesmo se torna pálido, desconfiado, evitando olhar para a gente; se perde a capacidade de trabalho, principalmente intelectual; se foge dos camaradas e prefere a solidão, se já não tem as expansões de alegria, próprias dos adolescentes. Isto são sintomas do vício”*(ibid., p. 119)

Adverte os pais para que não permitam que seus filhos em tenra idade toquem os genitais pois isto pode causar-lhes malefícios. Quanto ao controle da natalidade, diz que o único método seguro é a castidade, mas aconselha a tabela.

Fala das doenças sexualmente transmissíveis e mostra um pavor pelas mesmas. É necessário se ter em mente que nesta época ainda não havia sido descoberta a penicilina e essas doenças eram aterradoras, às vezes as conseqüências poderiam ser funestas.

Aconselha a confissão para que o jovem possa ser orientado pessoalmente pelo confessor, pois nos sermões as diretrizes dadas são coletivas.

Em linhas gerais, estas são as principais orientações dadas aos pais quanto à educação sexual de seus filhos. Embora todo o teor do texto seja de uma moral basicamente tridentina, temos que reconhecer uma tentativa de discussão de um tema considerado tabu numa época em que a “pedagogia do silêncio” ainda era a forma praticada, ou seja, procurava-se não falar nada sobre estes assuntos na pressuposição de que assim se manteria o jovem afastado do sexo, ou se imaginava que a inocência seria o desconhecimento de tudo que se referisse a sexo. Isto levava a uma forma de atitude preconceituosa, encarando a sexualidade como um mal inevitável, então a saída seria a normatização de todos os comportamentos sexuais, embora muitas vezes o discurso mascarasse esta realidade. A Igreja condena os bailes, o cinema, a literatura romântica, conversas e tudo que pudesse eliciar algum desejo sexual, como se isto fosse possível.

É interessante notar que, mesmo nos autores que não são católicos, há uma visão restritiva da sexualidade. Um exemplo disso é o livro publicado por um médico, José de Albuquerque, em 1930 que se chama *Moral sexual*. Ele diz que,

*“A função sexual, quando realizada dentro dos preceitos da boa ética, sem ser desviada de sua verdadeira finalidade, sem ser transformada em objeto de prazer, respeitando a todos os preceitos da moral sexual, (...) nada tem de imoral, como nenhuma imoralidade existe em qualquer função do organismo, quando orientadas, conforme já vimos, de acordo com os preceitos da fisiologia e da higiene.*

*O fim de todas as funções é o mesmo, garantir a conservação do organismo, tendo além deste, a função sexual um outro, que é o de garantir a conservação da espécie”(op. cit., p. 19-21)*

Neste livro a questão sexual não é vista como a possibilidade de interação entre duas pessoas, mas sim como uma forma de aliviar uma necessidade premente nos homens, porque, segundo o autor, as mulheres que são honestas não têm tais necessidades. Ele compara a sexualidade a qualquer atividade fisiológica, tal como a digestão. Além disso, repete Santo Agostinho dizendo que o sexo não deve ser praticado por prazer. Sua posição se complica quando diz que, em períodos que a esposa não pode se relacionar com o marido ele deve procurar uma prostituta, pois não é saudável reprimir a função sexual do homem.

Outro médico (este é católico) apresentou uma tese onde diz que “o pecado contra a Castidade é, sem dúvida, a maior e mais perniciosa *fonte dos males* que minam a saúde e a vida da Humanidade”(Franco Filho, 1946). Para ilustrar o posicionamento do referido autor transcrevemos o seguinte:

*“A virtude cristã, muito sabiamente, costuma indicar com grandes, incalculáveis proveitos físicos e morais para todos da família, os seguintes tempos de viverem como irmãos, guardando a nobreza da continência conjugal:*

*1° Os dois primeiros meses de casados .(...)*

*2° Aos Domingos e Dias Santos de guarda*

*3° Durante o tempo da Quaresma, isto é, de Quarta-feira de Cinzas até a Páscoa.*

*4° Durante as quatro semanas do Advento, isto é, do Primeiro Domingo até o Natal.*

*5° Nas têmporas de Pentecostes e nas de Setembro, isto é, nos dias de Quarta-feira, Sexta-feira e Sábado da Semana depois de Pentecostes ou dia do Divino e da Semana depois da Exaltaço da Santa Cruz, 14 de Setembro.*

*6° Nos três dias de Rogaçoes ou Ladainhas que precedem o dia da Gloriosa Ascenço do Senhor.*

*7° Nas quatro vigílias principais, a saber: - 1° da véspera do Divino (Pentecostes); 2° da véspera da Assunço da Senhora; 3° da véspera de São Pedro e São Paulo e 4° da véspera de Todos os Santos”(p. 52-53).*

A leitura da obra deste médico nos faz mergulhar nos manuais de Teologia Moral da Idade Média, pois ele trata da castidade (?) valendo a pena ser ressaltado mais uma vez que se trata do texto referente a uma Tese de Medicina no Brasil em 1946, ou seja, em pleno século XX, o que nos deixou perplexos.

O Pe. Lacroix (1935) argumenta que o “problema sexual é seríssimo” e tenta provar a verdade da tese católica de que

*“a verdadeira soluço do problema sexual é a soluço prática, que estabelece a exequibilidade da continência, os modos e os meios que permitem pô-la em prática”, (através de dois pontos):*

*“1° - que a soluço católica é teoricamente sustentável como a única soluço que convém ao homem.*

*2° - que essa soluço é sobretudo também exequível”(p. 7)*

Ele divide o livro em duas grandes seçoes, que seriam: a soluço teórica e a soluço prática. A natureza paradoxal da visão da sexualidade pelo pensamento católico é exemplificada com o seguinte trecho:

*“O amor sexual chama-se vulgarmente instinto sexual. Para compreender em que consiste, importa muito distingui-lo do prazer sexual, que, juntamente com ele, desempenha papel tão importante na vida dos homens. Instinto sexual e prazer sexual são pertinentes um ao outro. São conceitos e realidades correlativas. O prazer sexual completa o instinto sexual. Mas é ele precisamente que leva o instinto aos seus funestos exageros”(p.100).*

Ao longo do texto o Pe. Lacroix tenta explicar que, embora o sexo seja instintivo (logo, pertence à natureza do homem) e dotado de imenso prazer ainda assim deve ser reprimido, ou seja, só em certas circunstâncias pode ser praticado. Permanece ainda a ambivalência do pensamento católico em relaço à sexualidade. Portanto a soluço encontrada é a continência. O próprio nome do livro sugere a linha de raciocínio do seu autor. Observa-se que o sexo é normatizado de forma totalmente alheia à vivência do dia a dia dos casais; a sexualidade da forma como a entendemos não é apenas a relaço sexual e neste tipo de literatura é. Mas permanece um questionamento — independente da época em que se viva, as pessoas se sentem atraídas umas pelas outras, as pessoas se amam e se realizam no amor. Reduzir a sexualidade ao relacionamento sexual é empobrecer a

natureza humana, assim como reduzir a relação sexual ao mero desempenho é empobrecê-la.

Outra publicação desta fase que repete a mesma linha de raciocínio é o livro de Oswaldo Brandão da Silva (1938). Basicamente a sexualidade é vista como “natural” mas com todas as restrições anteriores. Ele endossa as determinações e objetivos propostos pelas encíclicas *Casti Conubii* e *Divini Illius Magistri*. — O sexo só pode ser exercido dentro do casamento com o objetivo de criação e manutenção da família cristã — Aachamos particularmente ilustrativo do pensamento do autor o que ele diz sobre a masturbação:

*“Repetindo-se frequentemente, a prática do onanismo, relaxar-se-ão os músculos constritores do membro, que, às mais leves comoções psíquicas durante o sono, provocarão, em intervalos cada vez menores a exoneração espermática, com imenso prejuízo para a economia do organismo em desenvolvimento, disso resultando também inquietação do espírito. A cura dessa hipersensibilidade, que pode tornar-se crônica, sobrevém só muito lentamente, se o jovem não se entregar ao desânimo, que assaltá-lo-á inevitavelmente em tal caso. E isso se alguma moléstia grave não o acometer durante tal estado, ou não sobrevier a horrível espermatorréia, que o acabrunhará então.*

*A mais grave consequência desse mal é outra ainda, provocar a incapacidade para o casamento (impotência), porque o organismo fica esgotado”.*(p.28)

Durante muitos anos estas crenças pseudo-científicas atormentaram os jovens; somente com o desenvolvimento da sexologia e com a mudança de mentalidade da sociedade pós-revolução sexual é que a masturbação deixou de ser algo tão terrível como era.

Temos que considerar que o mundo sofreu uma transformação radical no período específico que estamos pesquisando. Foram duas guerras mundiais, que deixaram sua marca indelével em todos os habitantes da Terra (mesmo naqueles que ainda iriam nascer). Aconteceu a revolução sexual, descobriu-se os antibióticos e a pílula anticoncepcional. Os meios de comunicação se tornaram mais rápidos; a distância do Brasil para o resto do mundo encurtou. A Igreja também se sensibilizou a todos estes avanços e o período que antecedeu o Concílio Vaticano II foi de muitas discussões procurando uma fórmula de se integrar neste novo tempo.

Todos os textos pesquisados de autores católicos encaram a sexualidade como aceitável apenas dentro do casamento. Tivemos a impressão de que São Paulo via a sexualidade de forma mais natural que seus seguidores quase dois mil anos após. O processo de cristianização da sociedade ocidental levou a Igreja a tomar rumos diversos, mas o pensamento agostiniano em relação à sexualidade talvez seja o que se tenha tornado mais refratário à mudança. O pensamento católico em relação à moral sexual ficou no meio de todos esses conflitos que assolaram o brasileiro nesta época.

As publicações examinadas mantinham como ponto comum a moral tridentina, conservadora em relação à sexualidade. Mas o mundo evoluía e o homem também. Se consideramos a sexualidade como forma de instalação do homem no mundo e se consideramos que o mundo é um mundo sexuado não podemos deixar de criticar este tipo de moral que afetar, em última instância, a forma do homem perceber a sua sexualidade como parte da totalidade do seu ser. O corpo, que é o mediador entre o eu e o outro não pode ser dividido em partes honestas, menos honestas e desonestas (como fora há tempos

atrás nos manuais de Teologia Moral). Os nossos sentidos não são honestos ou desonestos, são apenas a forma como sentimos os estímulos físicos ou afetivos.

A visão naturalista da sexualidade desapareceu do ocidente e deu lugar à moral casuísta que limitava uma parte inerente à natureza do ser humano. Em Cânticos dos Cânticos, poema atribuído a Salomão por uma tradição antiga, o amor humano é cantado e exaltado como fruto da natureza sexuada e do convívio social. O trecho a seguir exemplifica o que foi dito:

*Os teus seios serão para mim como cachos de uvas,  
e o perfume da tua boca como o odor das maçãs.  
A tua palavra é como um vinho excelente  
que corre deliciosamente para o amado,  
e desliza por entre os seus lábios e os seus dentes". (7-10)*

Passaram-se muitos séculos e a visão naturalista do sexo foi substituída por uma visão pessimista, na qual, apesar de ser objeto de prazer e talvez, justamente por isso, foi transformado em objeto de perigo, como no “saber de salvação” que teve tanto sucesso entre nós. A educação sexual do jovem era (será que ainda não é?) feita através do esclarecimento dos perigos, das doenças, do temor à prostituição, e não da responsabilidade que é inerente a cada ser humano em todas as suas ações, inclusive sexuais. Porém, calamos em relação a tudo que é bom na nossa natureza e ensinamos aos jovens que aquilo que é bom deve ser temido. Como forma de atemorizar o jovem, foram usados argumentos pseudo-científicos sem a percepção de que a ciência não está acabada, as nossas limitações atuais não o serão no futuro, mas sabemos que surgirão outras. Quem se respeita, se gosta, respeitará o outro e gostará do outro. A responsabilidade com os nossos atos não se circunscreve ao campo da sexualidade, e sim à nossa vida como um todo. A sexualidade é que faz parte de nossa vida como cidadãos de um país que resolveu ser um pai rigoroso, impondo normas sem discuti-las, mantendo-nos num permanente estado infantil no qual cumprimos ao que nos é imposto e burlamos o absurdo.

Uma coisa ficou patente o tempo todo em que empreendemos esta pesquisa: **o Brasil é um Estado patrimonial cuja característica primordial é o Estado se constituir mais forte que a sociedade.** Segundo Rodríguez (1994, p.44), ... *“Neles, o poder político não é entendido como instância pública, como busca do **bonum commune**, mas como **res privada**, coisa nossa. Há uma confusão radical entre o público e o privado”.*

Esta é uma das razões possíveis, a nosso ver, de não ter sido fecunda entre nós a discussão moral. O Estado patrimonial chamou a si a responsabilidade de normatizar a moral como se estivesse lidando com sua família. *“No Brasil não há de fato moral social de tipo consensual, que é o ingrediente fundente das instituições do sistema representativo”*, diz Paim (1994, p.19). Na ausência de discussão da moral social de tipo consensual, a Igreja tomou o lugar que deveria caber à sociedade, interferindo na formulação da moral sexual no período estudado. Observa-se que a normatização da moral entre nós sempre foi numa estrutura vertical, não havendo espaço para o consenso. A questão da sexualidade se torna importante pois implica no desenvolvimento de política relacionada à educação e saúde, propiciando meios para que a família brasileira discuta suas necessidades e encontre suas soluções, tendo uma qualidade de vida e realização pessoal compatível com o advento do terceiro milênio. As questões sexuais estão ligadas ao exercício da liberdade e cidadania e a Ética deve pautar os estudos pois os avanços científicos nos levam a grandes encruzilhadas (como no caso da Bioética). Portanto, pensar

a sexualidade é mais que formular programas educacionais, clínicos ou sociais, é, antes de tudo pensar humanidade do homem.

### Referências bibliográficas:

- ALBUQUERQUE, José. *Moral sexual*. Rio de Janeiro: Tipografia Coelho, 1930.
- ARAÚJO, Maria Luiza Macedo. *Sexo e moralidade: o prazer como transgressão no pensamento católico*. Londrina: UEL, 1997.
- BARROS, Roque Spencer Maciel. *A significação educativa do romantismo brasileiro: Gonçalves de Magalhães*. São Paulo: Grijalbo, Ed. da Universidade de São Paulo, 1973.
- FRANCO FILHO, José Gonzaga. *A castidade nos três estados*. Fortaleza: 1946.
- LACROIX, Pascoal, Pe. *A solução do problema sexual*. Publicações S. C.J. dos Padres do Sagrado Coração, 1935.
- NEGROMONTE, Alvaro, Pe. *A educação sexual* (para pais e educadores). Rio de Janeiro: José Olympio, 1941.
- NUNES, Francisco Joaquim de Souza. *Discursos político-morais*, in *Moralistas do século XVIII*. Rio de Janeiro: Documentário: PUC: Conselho Federal de Cultura, 1979.
- PAIM, Antonio. *História das idéias filosóficas no Brasil*. 4ª ed. São paulo : Convívio, 1987.
- \_\_\_\_\_. *A querela do estatismo*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1994.
- PEREIRA, Nuno Marques. *Compêndio narrativo do peregrino da América*, in *Moralistas do século XVIII*. Rio de Janeiro: Documentário: PUC: Conselho Federal de Cultura, 1979.
- RODRIGUES, Anna Maria Moog. *Moralistas do século XVIII*. Introdução. Textos Didáticos do Pensamento Brasileiro, vol. I. Rio de Janeiro: Pontificia Universidade Católica/Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, Ed. Documentário, 1979.
- RODRÍGUEZ, Ricardo Vélez. *Pressupostos éticos para a organização do Estado: implicações para a educação*. Ensaio, v.1, nº 4, Jul/Set. 1994. Rio de Janeiro, Brasil: Fundação Cesgranrio.
- SILVA, Osvaldo Brandão. *Iniciação sexual educacional* (leitura reservada). Rio de Janeiro: Editora ABC, 1938.
- TORRES, João Camilo de Oliveira. *História das idéias religiosas no Brasil*. São Paulo: Grijalbo, 1968.
- VAINFAS, Ronaldo (org.). *História e sexualidade no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

VAN USSEL, J. *Repressão sexual*. São Paulo : Campus, 1980.